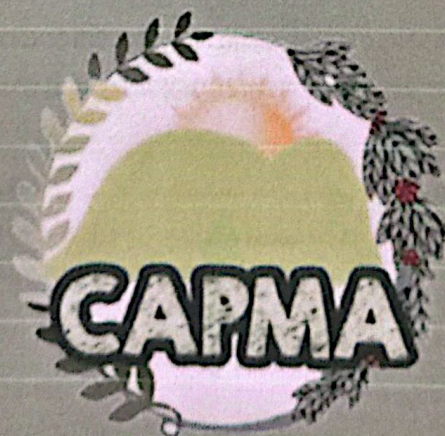


Caixa de Assistência, Previdência
e Pensões dos Servidores do
Município de Aperibé

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026





SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	3
1.2 OBJETIVO	3
1.3 BASE LEGAL.....	3
1.4 VIGÊNCIA	3
2. CONTEÚDO	3 e 4
2.1 MODELO DE GESTÃO	4 e 5
2.1.1 GOVERNANÇA.....	5
2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO	5 e 6
2.2.1 CENÁRIOS MACROECONÔMICOS.....	6
2.2.1.1 MUNDO / CENÁRIO GLOBAL.....	6 e 7
2.2.1.2 BRASIL.....	7 e 8
2.2.1.3 OPORTUNIDADES E RISCOS POR CLASSES DE INVESTIMENTOS	8 e 9
2.2.1.4 NOSSA VISÃO PROVÁVEL (CENÁRIO BASE) E TÁTICAS RECOMENDADAS.....	9 e 10
2.2.1.5 EXPECTATIVAS DE MERCADO.....	10
2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ	10 e 11
2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	11
2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026.....	11, 12 e 13
2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS	14
2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS	15
2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	15
2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS	16
2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS.....	17, 18, 19, 20 e 21
2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS.....	21
2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	21, 22 e 23
2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS	23
2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA.....	23
3. TRANSPARÊNCIA	24 e 25
4. VEDAÇÕES	25 e 26
5. DISPOSIÇÕES FINAIS	26

Luiz Nello

Luiz Bragança Machado
Mônica Vencesla
Presidente
CAPMA



1. APRESENTAÇÃO

1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações de forma transparente para a Sociedade. Estes objetivos devem estar sempre alinhados em busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social.

1.2 OBJETIVO

A Avaliação Atuarial realizada, constatou que o CAPMA dispõe de uma situação saudável no que tange a sua solvência, assim como dispõe de condições favoráveis para adotar uma estratégia diversificada vislumbrando o equilíbrio atuarial e financeiro no longo prazo.

Portanto, o CAPMA no que tange à gestão dos investimentos durante o exercício de 2026, buscará a maximização da rentabilidade com os maiores riscos aceitáveis para cada um dos investimentos e o conjunto da carteira.

1.3 BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente, especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional- CMN nº 4963/21/2021 ("Resolução 4963/21") e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022 ("Portaria 1.467/22") no que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

1.4 VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2026 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente do CAPMA, conforme determina o art. 5º da Resolução 4963/21.

O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que *"justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação"*.

É importante destacar que no momento da elaboração desta Política, já existe a minuta de uma "nova Resolução 4963" que, quando publicada ensejará, provavelmente, na revisão desta.

2. CONTEÚDO

O art. 4º da Resolução 4963/21, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

Art. 4º. Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

Ass: Kelly

Robson Macêdo
Robson Macêdo
Presidente
CAPMA



- I - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
- II - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;
- III - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
- IV - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
- V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;
- VI - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;
- VII - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;
- VIII - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A Seção II da Portaria 1.467/22 reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 4963/21 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

2.1 MODELO DE GESTÃO

A Portaria 1.467/22 traz no art. 95 a seguinte redação:

Art. 95. A gestão das aplicações dos recursos do CAPMA poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:

- I - gestão própria, quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;
- II - gestão realizada exclusivamente por pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada para administração de recursos de terceiros pela CVM; e

Angelo Nello

4 *Roberto Machado*

Roberto Machado
Presidente
CAPMA



III - gestão mista, quando parte da carteira do CAPMA é gerida diretamente pela unidade gestora e parte por instituições contratadas para administração de carteiras de valores mobiliários.

O CAPMA adota o modelo de gestão própria. Isso significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselhos, em suas alçadas, sem interferências externas.

2.1.1 GOVERNANÇA

A estrutura do CAPMA é formada pela Unidade Gestora que conta com uma estrutura própria de hierarquias, que são os responsáveis pela execução da Política de Investimentos. As demais hierarquias superiores, no âmbito de suas devidas competências como órgãos superiores, aprovarão a Política de Investimentos e atuarão com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos, realizando reuniões periódicas, em conformidade com o previsto no artigo 72 da Portaria MTP nº 1467/22.

Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de Investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos.

O CAPMA conta com o serviço de consultoria de investimentos da empresa **Mais Valia Consultoria Ltda (Consultoria)**, e inscrita no CNPJ 22.687.467/0001-94 autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviços quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos. A Consultoria atuará conforme legislação que rege sua atuação em relação aos investimentos dos RPPS, através de análise de cenários, estudo de carteira, análise de fundos, sistema e relatórios, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política de investimentos.

2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

O art. 2º da Resolução 4963/21 determina que os recursos do CAPMA devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I – renda fixa

II – renda variável

III – investimentos no exterior

Assinatura

Assinatura

Manoela Venceslau
Presidente
CAPMA



IV – investimentos estruturados

V – fundos Imobiliários

VI – empréstimos Consignados

São considerados investimentos estruturados:

I – fundos/classes de investimento classificados como multimercado;

II – fundos/classes de investimento em participações (FIP); e

III – fundos/classes de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do **CAPMA**.

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do **CAPMA**.

Tais aplicações deverão ser precedidas de atestado elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1467/22.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do **CAPMA**, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/22.

Para a busca do mais adequado portfólio, identificamos uma abordagem do cenário econômico atual e projetado para 2026.

2.2.1 CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

2.2.1.1 MUNDO / CENÁRIO GLOBAL

Situação de partida

- A inflação global, que vinha inflamada por choques de energia, gargalos logísticos e efeitos de estímulos pós-pandemia, já mostra sinais de arrefecimento em muitos países, embora de forma heterogênea.
- Bancos centrais nos países desenvolvidos iniciaram ou estão próximos de iniciar ciclos de afrouxamento monetário (cortes), mas enfrentam dilema: inflação ainda resiliente “teimosa” e fragilidade no crescimento.
- Em economias emergentes, o “espaço” para cortes de juros é mais limitado, pois pressões inflacionárias, e riscos fiscais, eleitorais e cambiais ainda pesam.

Ass. E. Nello

6

Marilene Vitorino
Presidente
CAPMA



IV – investimentos estruturados

V – fundos Imobiliários

VI – empréstimos Consignados

São considerados investimentos estruturados:

I – fundos/classes de investimento classificados como multimercado;

II – fundos/classes de investimento em participações (FIP); e

III – fundos/classes de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do **CAPMA**.

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do **CAPMA**.

Tais aplicações deverão ser precedidas de atestado elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1467/22.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do **CAPMA**, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/22.

Para a busca do mais adequado portfólio, identificamos uma abordagem do cenário econômico atual e projetado para 2026.

2.2.1 CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

2.2.1.1 MUNDO / CENÁRIO GLOBAL

Situação de partida

- A inflação global, que vinha inflamada por choques de energia, gargalos logísticos e efeitos de estímulos pós-pandemia, já mostra sinais de arrefecimento em muitos países, embora de forma heterogênea.
- Bancos centrais nos países desenvolvidos iniciaram ou estão próximos de iniciar ciclos de afrouxamento monetário (cortes), mas enfrentam dilema: inflação ainda resiliente “teimosa” e fragilidade no crescimento.
- Em economias emergentes, o “espaço” para cortes de juros é mais limitado, pois pressões inflacionárias, e riscos fiscais, eleitorais e cambiais ainda pesam.

Assinatura

6

Assinatura
Mônica Vazquez
Presidente
CAPMA



Cenários possíveis

Cenário	Suposição / gatilho	Consequências macro
Desaceleração suave com inflação convergente	Choques de oferta (energia, alimentos) arrefecem; crescimento global modesto, mas sem crises agudas	Juros começam a ser cortados com cautela nos EUA/Europa; retornos (yields) de bônus caem; mercados emergentes com fluxo positivo de capital
Surpresa inflacionária (novo choque de commodities / geopolítica)	Choque externo (preço de petróleo, conflito, desarranjo nas cadeias) dispara inflação	Bancos centrais atrasam cortes ou até elevam juros; yields sob pressão; mercados acionários voláteis
Recessão nos EUA / "soft landing" falhado	Contração forte nos EUA leva à crise de crédito / colapso de consumo	Reação global; retração sincronizada; fuga para "portos seguros" (títulos de dívida pública forte, ouro)

Parâmetros-chave

- Juros de referência nos EUA (Fed Funds) tendem a permanecer elevados por mais tempo, com cortes graduais.
- A curva de rendimentos deverá se suavizar de forma moderada, dependendo do risco percebido).
- A inflação "META" será o foco: se ficar persistentemente acima do esperado, os bancos centrais vão resistir aos cortes.

Riscos globais fortes

- Tensões geopolíticas (Oriente Médio (aparente solução, mas com incertezas), Rússia-Ucrânia, Ásia) elevando o risco de choques energéticos.
- Adoção de políticas protecionistas, novas tarifas, escalonamento de disputas comerciais.
- Endividamento elevado dos países/empresas, fragilidade financeira sistêmica.
- Choques climáticos extremos que reverberem nos preços agrícolas/energia.

2.2.1.2 BRASIL

Contexto atual

- A taxa Selic está em 15 % a.a.
- A inflação medida pelo CAPMAA está na faixa de 5 % interanual recentemente. Observe último Boletim FOCUS
- Projeções para 2025 indicam expectativa de inflação convergindo, embora ainda acima da meta.
- O crescimento econômico está desacelerando, reflexo da política monetária restritiva e do ambiente externo mais fraco.
- O câmbio (USD/BRL) tem variado e afeta fortemente o balanço de riscos externos bem como os índices de inflação através dos produtos importados que compõem coleta para o CAPMAA

Luiz E. Nello

Marcelo Machado

Marcelo Machado
Presidente
CAPMA



Cenários possíveis:

Cenário	Suposição / gatilho	Impacto para Brasil
Desinflação gradual e acomodação monetária	Choques externos positivos (commodities, recuperação global) + estabilidade cambial	Selic começa a cair rumo a 13 %-12 %; inflação converge para tolerância; crescimento recrudesce
Persistência inflacionária	Pressão nos preços de alimentos/energia; reajustes de custo; câmbio volátil	Manutenção ou até novo aperto monetário; juros longos elevados; risco de estagflação
Crise externa ou fuga de capitais	Contração global forte, aversão a risco, elevação de prêmios de risco Brasil	Pressão sobre câmbio, elevação de spreads, aperto fiscal e monetário drástico

Riscos específicos

- Fiscal: contingenciamento sem ajuste estrutural gera desconfiança.
- Expectativas: se inflação esperada perder ancoragem, inflação “de segunda ordem” (salários, contratos) ganha força.
- Choques climáticos: seca ou excesso de chuvas impactam produção agrícola, energia (hídrica) e câmbio.
- Volatilidade cambial por choques externos ou fuga de capitais.
- Volatilidades e risco de eleições presidenciais pendendo de lado a lado

Oportunidades estruturais

- Reforma tributária e administrativa (se aprovada) pode melhorar o ambiente de investimento.
- Potencial em commodities agrícolas e minério: Brasil pode se beneficiar se demanda global se reaquecer.
- Setores exportadores têm alavanca cambial favorável em cenários de valorização do dólar.

2.2.1.3 OPORTUNIDADES E RISCOS POR CLASSES DE INVESTIMENTOS

Renda fixa

Oportunidades

- Juros reais ainda elevados: títulos públicos indexados (CAPMAA + taxa fixa) oferecem proteção contra inflação. Idem para Taxas prefixadas.
- Curva de juros “plana” ou decrescente: reforça ganhos nos vencimentos longos com redução de taxas.
- Diversificação incluindo títulos internacionais (em dólar) para capturar divergência monetária.
- Estratégias híbridas: parte fixa, parte indexada.

Riscos

- Corte de juros antecipado: pode reduzir taxas futuras (mas esse risco é moderado).
- Inflação persistente acima do esperado: erosão de ganhos reais.
- Risco de crédito: papéis de emissores privados podem sofrer; risco de inadimplências persistir.
- Risco de liquidez: especialmente para títulos de prazos longos em cenários estressados.

Manoela Vencelosi
Presidente
CAPMA

Augusto Mello



Renda variável (ações, fundos de ações)

Oportunidades

- Ações exportadoras / ligadas a commodities têm vantagem em cenário global favorável ou câmbio pressionado.
- Valuation descontado em muitos setores brasileiros: possibilidade de valorização (upside) forte se ambiente macro melhorar.
- Empresas com receitas em dólar ou com capacidade de repassar inflação tendem a resistir melhor. Energia Elétrica, Consumo, Saneamento, Estradas.
- Crescimento de setores de tecnologia, energia renovável, infraestrutura pode se destacar.

Riscos

- Volatilidade elevada: em momentos de recessão ou choque externo, saídas abruptas de capital.
- Margens comprimidas por custos de insumos/inflacionários.
- Exposição cambial: dívidas em dólar ou insumos importados elevam risco.
- Apreciação/perda de confiança no governo, política econômica e fiscal instáveis.

Imóveis / mercado imobiliário

Oportunidades

- Em cenários de juros mais baixos (nos países desenvolvidos ou mercados emergentes selecionados, como o Brasil), imóveis como proteção contra inflação ganham interesse.
- Setores nicho (logística, galpões, data centers, imóveis industriais, hotéis) podem oferecer retorno superiores às metas atuariais.
- Localizações valorizadas em cidades brasileiras podem segurar valor real.
- Imóveis com receita em dólar (turismo, destinos premium) podem capturar câmbio favorável.

Riscos

- Altos juros limitam crédito imobiliário, encarecem financiamento e reduzem demanda.
- Custo de construção elevado (materiais, mão de obra) atrapalha novas obras e margens.
- Risco de vacância e inadimplência, especialmente em mercados menos líquidos.
- Ajustes regulatórios ou tributários locais que afetem aluguéis ou imposto sobre propriedade.

2.2.1.4 NOSSA VISÃO PROVÁVEL (CENÁRIO BASE) E TÁTICAS RECOMENDADAS

Cenário base mais provável

Inflação global continua caindo, mas de forma lenta; cortes de juros graduais nos EUA/Europa, com Brasil um passo atrás. No Brasil, inflação convergindo lentamente, Selic mantida em patamar elevado (15 %) por mais tempo, com início de descompressão em micro movimentos (0,25 pontos) em 2026.

Nesse cenário

- Renda fixa brasileira indexada (principalmente CAPMAA + taxa fixa) será uma opção de boa proteção real e fluxo previsível.
- Renda variável: aproveitar oportunidades setoriais (commodities, exportadores, infraestrutura) com exposição controlada.

Assinatura

9

Assinatura

**Presidente
CAPMA**



- Imóveis: mais seletivo — priorizar nichos resilientes e/ou com receita dolarizada.

Tática sugerida

- Manter caixa confortável para aproveitar oscilações e correlações negativas (rebalanceamentos).
- Uso de *hedge* cambial parcial para exposições internacionais.
- Escalonar prazos em renda fixa para capturar curvas de juros favoráveis, pré e pós-fixada.
- No portfólio de ações, limitar exposição direcional, aplicar (*stop loss*) e diversificar geografias – mercado local e globais.
- Imóveis: foco em localização, liquidez e balanço de custos/receitas (evitar projetos de alavancagem excessiva).

2.2.1.5 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Boletim Focus do BC												
Indicadores	Projeções p/2025			Projeções p/2026			Projeções p/2027			Projeções p/2028		
	Semana anterior	Semana atual	Var.	Semana anterior	Semana atual	Var.	Semana anterior	Semana atual	Var.	Semana anterior	Semana atual	Var.
IPCA (%)	4,56	4,55	▼ (6)	4,20	4,20	= (1)	3,82	3,80	▼ (3)	3,54	3,50	▼ (4)
PIB (var. %)	2,16	2,16	= (1)	1,78	1,78	= (1)	1,83	1,90	▲ (2)	2,00	2,00	= (86)
Câmbio (R\$/US\$)	5,41	5,41	= (1)	5,50	5,50	= (3)	5,50	5,50	= (1)	5,50	5,50	= (1)
Selic (% a.a.)	15,00	15,00	= (19)	12,25	12,25	= (6)	10,50	10,50	= (38)	10,00	10,00	= (45)

Fonte: Revista Investidor Institucional resumo do Boletim Focus do Banco Central de 03/11/2025.

2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ

O CAPMA em 30/09/2025 tinha em sua carteira de investimentos R\$ 29.572.256,48 investidos em ativos e R\$ 513.731,10 em disponibilidades financeiras, totalizando um montante de R\$ 30.085.987,58. A parte de investimentos está distribuída dessa forma pelos artigos da Res 4963/21:

Artigos	Limite (%)	Utilizado
7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	85,23% 19.289.120,10
7º III a - FI Referenciados RF	60,00%	30,48% 9.013.432,64
7º V a - FIDC Cota Sênior	5,00%	0,00% 128,41
8º I - Fundos de Ações	30,00%	4,20% 1.289.575,33

A divisão por intervalo de liquidez, considerando os investimentos e disponibilidade financeira, pode ser observada na tabela abaixo:

Assy C. Kello

Marilene Venozuela
Presidente
CAPMA



Disponibilidade	Valor	%
Até D+30	30 085 859,17	100,00
Até D+180	0,00	0,00
Até D+360	0,00	0,00
Até D+720	0,00	0,00
Até D+1800	0,00	0,00
Até D+3600	0,00	0,00
Acima D+3600	0,00	0,00
Indeterminado	128,41	0,00

2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

O objetivo principal da gestão dos investimentos é a maximização da rentabilidade, ajustada ao maior risco desejado tomando como referência a meta de rentabilidade definida, observando os princípios de segurança, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1467/22, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do CAPMA e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do CAPMA e as opções de investimentos previstas na Resolução 4963/21, a decisão de alocação dos recursos para 2026 deverá ser norteada pelos limites definidos na tabela a seguir, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, incorrendo em nível de risco na gestão dos investimentos.

O processo da seleção dos ativos, que serão mantidos ou incluídos na carteira do CAPMA, está resumido abaixo:

Angelo Nello

Roberto Pacheco



O processo de seleção de novos ativos e fundos de investimentos obedecerá, regularmente, os seguintes passos:



A coluna de “estratégia alvo” tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de “limite inferior” e “limite superior” tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

Luiz C. Nello

Edson da Rocha
Edson da Rocha
Presidente
CAPMA



Resolução 4.963				Política de Investimentos para o ano de 2026							
				Lim Inf	Estrat Alvo	Lim Sup		Lim Individual			
Descrição do Ativo		Art	Cart			Ativo	Bloco	RPPS	Fundo		
RENDA FIXA	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC		7 I a				100%	100%	NA		
	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC		7 I b	65,23%	0,00%	60,00%	100%		100%		
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos		7 I c				100%		100%		
	Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC		7 II				5%		NA		
	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral		7 III a	30,48%	0,00%	30,00%	60%	60%	20%	15%	
	Fundo/Classe de investimento em índices de mercado (ETF) - Renda Fixa		7 III b				60%		20%	15%	
	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras		7 IV	0,00%	0,00%	1,00%	20%		NA		
	Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Senior		7 V a				5%	15%	20%	5%	
	Fundo/Classe de Investimento em Renda fixa - Crédito Privado		7 V b	0,00%	0,00%	1,00%	5%		20%	5%	
	Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura		7 V c				5%		20%	5%	
RENDA VARIÁVEL	Fundo/Classe de Investimento em Ações		8 I	4,29%	0,00%	5,00%	30%		30%	20%	15%
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF)		8 II	0,00%	0,00%	1,00%	30%			20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações		8 III	0,00%	0,00%	1,00%	30%			20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF		8 IV				30%			20%	15%
INVEST ESTRUT	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM		10 I	0,00%	0,00%	1,00%	10%	15%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Participações		10 II				5%			20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso		10 III				5%			20%	15%
FII	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)		11				5%			20%	15%
INVEST EXT	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa		9 I				10%	10%	20%	15%	
	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior		9 II				10%		20%	15%	
EM	Empréstimos Consignados		12				5%		NA		

100,00%

100,00%

Paulo A. Nello

Regina Machado
Regina Machado
Presidente
CAPMA



2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para credenciamento de instituições e seleção de ativos, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do CAPMA, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o CAPMA utiliza-se de procedimento de credenciamento definido em legislação, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O procedimento segue levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467/22.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que “os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.”

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da CVM e BACEN, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e/ou aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário *Due Diligence*;

IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros.; e

V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

Assy e Netto

Marcelo Venceslau
Presidente
CAPMA



2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS

A Portaria 1467/22, em seu art. 39, determina que “A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS”.

“§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.”

Além disso, deve-se levar em consideração o disposto no art. 4º da Seção II do Anexo VII da Portaria, em que deverão ser “acrescidas em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais.”

Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 2010/2025 e a duração do passivo, calculada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024) encontramos o valor de 0,15% aa.

Considerando ainda a possibilidade prevista na Portaria 1467/2022 Art. 39 do acréscimo de 0,15% para cada ano de meta atuarial batida dentre os últimos 5 anos, e de acordo com a tabela abaixo, a meta atuarial alternativa que poderá ser perseguida pelo CAPMA em 2026 será de 6,03% aa.

Ano	Rentabilidade	Meta Atuarial
2024	5,56%	10,20%
2023	12,81%	9,69%
2022	0,74%	11,20%
2021		
2020		

2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes de RPPS, desde que respeitando o estabelecido na legislação de, no máximo, 20%. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Assinatura
15

Assinatura
Presidente
CAPMA



2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O art. 143 da Portaria 1.467/22, traz a seguinte redação:

“Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.”

Os ativos financeiros integrantes da carteira do **CAPMA** poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no Anexo VIII, da Portaria 1.467/22:

I - Disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - Mantidos até o vencimento.

Na categoria de disponíveis para negociação ou para venda, devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do **CAPMA** de mantê-los em carteira até o vencimento. Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no Anexo VIII da Portaria 1467/22.

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do **CAPMA** são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apreçamento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

I - Demonstração da capacidade financeira do **CAPMA** de mantê-los em carteira até o vencimento;

II - Demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;

III - Compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do **CAPMA**;

IV - Classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e

V - Obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

Luiz Nello

Roberto Machado
Roberto Machado
Presidente
CAPMA



2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO - é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O CAPMA utiliza indicadores como *VaR – Value-at-Risk* e *Volatilidade* para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos da carteira de investimentos.

RISCO DE CRÉDITO - é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4963/21, que trata das aplicações em renda fixa, “os responsáveis pela gestão do CAPMA deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.”

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia. Para os investimentos que assim a legislação exige, somente serão aceitos aqueles considerados como **Grau de Investimento**, conforme a tabela abaixo.

Abey C. Nello

Monica Velloso Machado
Presidenta
CAPMA



Classificações das agências de risco			
Fitch Ratings	Standard & Poor's	Moody's	Significado na escala
AAA	AAA	Aaa	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	AA+	Aa1	
AA	AA	Aa2	
AA-	AA-	Aa3	
A+	A+	A1	
A	A	A2	
A-	A-	A3	
BBB+	BBB+	Baa1	Grau de investimento, qualidade média
BBB	BBB	Baa2	
BBB-	BBB-	Baa3	
BB+	BB+	Ba1	
BB	BB	Ba2	
BB-	BB-	Ba3	
B+	B+	B1	
B	B	B2	
B-	B-	B3	
CCC	CCC	Caa1	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	CC	Caa2	
C	C	Caa3	
D	D	Ca	
		C	

GI.com.br

Fonte: Fitch Ratings; Standard & Poor's; Moody's

No que tange a aplicação feita diretamente pelo CAPMA, no artigo 7º, Inciso I, alínea "a" refere-se a títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo CAPMA, enquadrado no artigo 7º, Inciso IV prevê "até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21". Fica estabelecido que para cada instituição bancária emissora o máximo de concentração de investimentos direto é equivalente a, no máximo, 5% do patrimônio do CAPMA.

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica "o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional".

Para facilitar o entendimento sobre quem são as instituições que atendem aos requisitos indicados acima, a Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC) criou uma "lista exaustiva", contendo todas as instituições do mercado

Luiz e Melo
18

Engenheiro Machado
Presidente
CAPMA



que atendem os requisitos e encontram-se aptas para venderem ativos ou atuarem como pelo menos um dos prestadores de serviços essenciais para fundos de investimentos, conforme Resolução CVM - 175.

RISCO DE LIQUIDEZ - é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467/22/2021, "A aplicação dos recursos do CAPMA deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras."

A análise de condição de liquidez da carteira do CAPMA é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de atestado elaborado pela unidade gestora, evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

RISCO DE SOLVÊNCIA - é o que decorre das obrigações do CAPMA para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o CAPMA buscará retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do CAPMA no decorrer da vida do regime.

RISCO SISTÊMICO - é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições, mercados ou governos que possa gerar colapso ou reação em cadeia impactando o sistema financeiro ou mesmo a economia de forma mais ampla e profunda.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela Consultoria, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistêmico, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como aquele que, impacta os ativos e mercados.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando um adequado *asset allocation* e acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores.

RISCO REPUTACIONAL - Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção do CAPMA perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle interno do CAPMA.

Assinatura de Mello

Assinatura de Machado
Ministro Vereador
Presidente
CAPMA



Aderência aos Benchmarks de forma a comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.

2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4. e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do CAPMA e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como Volatilidade e VaR dos ativos de forma individual, bem como da carteira do CAPMA como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política.

Todos os aspectos de acompanhamento dos investimentos terão amplo apoio do sistema de gestão dos investimentos disponibilizado e detalhado no contrato com a Consultoria.

2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4963/21 e nesta Política de Investimentos.

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos que convocará reunião extraordinária no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

Caso seja considerado pelo Comitê de Investimentos que na carteira do CAPMA haja algum ativo investido com excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma solicitação para que esta proceda imediatamente com o pedido de explicações, possíveis providências ou resgate.

Se houver prazo de carência, conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, deverá o Comitê de Investimentos elaborar relatório, com periodicidade trimestral, detalhando a situação com a medidas tomadas e perspectivas de resgate do referido investimento e apresentá-lo aos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1467/22.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação contínua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas, com voto, as assembleias de cotistas convocadas pela administração do fundo ou emissor, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e

21

21



será dada ciência às hierarquias do Ente e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior governança e transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

As contingências na execução da política de investimentos do CAPMA são os eventos inesperados que comprometem a aderência, a segurança ou o desempenho da carteira, exigindo ações corretivas ou preventivas.

Abaixo segue tabela com fatos que, em caso de perspectiva ou ocorrência, devem ter ações de contingências:

Tipo de Contingência	Descrição do Evento / Situação de Risco	Impacto Potencial	Ações Corretivas / Mitigadoras	Responsável pela Ação
1. Mercado	Oscilações abruptas nas taxas de juros, câmbio ou preços de ativos.	Desvalorização de títulos e fundos, perda de rentabilidade e descasamento de duration.	Rebalanceamento da carteira, reavaliação de cenários macro, realização de consultas e priorização de ativos líquidos.	Comitê de Investimentos e Consultoria de Investimentos.
2. Liquidez	Necessidade de recursos para pagamento de benefícios ou obrigações antes do prazo de resgate dos ativos.	Falta de caixa, descumprimento de compromissos previdenciários.	Utilização de reserva de liquidez, venda programada de ativos líquidos, readequação do fluxo de caixa e revisão do ALM.	Gestor Financeiro do RPPS.
3. Operacional	Falhas humanas, de sistemas ou de controles internos nas aplicações ou registros.	Perdas financeiras, divergências de posição, atrasos em decisões.	Revisão de processos, dupla conferência de ordens, auditoria interna e plano de continuidade operacional.	Direção Administrativa e Contabilidade do RPPS.
4. Legal / Regulatória	Alteração normativa ou descumprimento das regras da CMN, SPREV ou TCE.	Desenquadramento de ativos, sanções ou nulidade de aplicações.	Atualização imediata da política, consulta à assessoria jurídica e readequação das aplicações.	Diretor e Consultoria de Investimentos e Assessoria Jurídica.
5. Gestão / Governança	Falhas na governança, ausência de comitê ativo ou decisões sem parecer técnico.	Risco de decisões inadequadas e perda de controle institucional.	Reforço da governança, atas de decisão, segregação de funções e capacitação dos membros do comitê.	Presidente do Comitê e Gestor Responsável.
6. Atuarial / Fluxo Previdenciário	Alterações no perfil do passivo (aposentadorias, reavaliação atuarial, queda de receitas).	Descumprimento da meta atuarial, necessidade de liquidez adicional.	Revisão da política e dos limites de alocação, estudo ALM e ajuste do portfólio conforme o novo perfil.	Atuário e Comitê de Investimentos.

Boye Melo

Roberto Machado

Roberto Machado
Presidente
CAPMA



Tipo de Contingência	Descrição do Evento / Situação de Risco	Impacto Potencial	Ações Corretivas / Mitigadoras	Responsável pela Ação
7. Imagem / Transparência	Investimentos questionáveis, má comunicação ou atrasos em relatórios.	Risco reputacional, perda de credibilidade junto aos segurados e órgãos de controle.	Divulgação tempestiva de relatórios, notas técnicas e comunicação institucional clara.	Diretoria Executiva e Comunicação do RPPS.

Havendo a ocorrência de um dos tipos de contingências acima, ou outra não listada, é obrigatória a definição, na forma do § 2º do art. 86, das responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento e decisão sobre a aplicação dos recursos, e, sempre que possível, com a segregação das atividades da diretoria executiva, ou órgão com estrutura equivalente, dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos.

Nossa política de investimentos, em alinhamento com o artigo 153 da Portaria MTP 1467/22, observaremos em nossas aplicações que, mesmo não descumprindo os limites, requisitos e vedações previstos em Resolução do CMN, não observaram os princípios nela estabelecidos, realizadas em ativos ou em fundos de investimento que apresentem notórios problemas de iliquidez em suas carteiras ou com problemas de qualidade de gestão, de ambiente de controle interno, de histórico e experiência de atuação e conduta de seus administradores e gestores.

2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas em investimentos. Essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência de devedores, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que, caso seja necessário, deverá ser adotada pelo CAPMA para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a adequada avaliação de seus investimentos.

Para tanto, será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perda contábil. O VaR é uma medida estatística que indicará, neste caso, a perda máxima potencial da carteira do CAPMA em um ano, com intervalo de confiança de 95%.

2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

A presente política de investimentos busca estabelecer parâmetros claros e processos robustos para o resgate de cotas de fundos de investimentos, especialmente em situações em que a cota na data do resgate corresponde a um valor menor do que o inicialmente investido. Este documento visa assegurar a conformidade com as normativas vigentes, promover a transparência e garantir a prudência na gestão dos recursos do CAPMA.

Qualquer decisão de resgate de cotas de fundos de investimentos, particularmente quando houver prejuízo, deverá ser fundamentada em estudos técnicos. Esses estudos devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

Abay C. Mello

23

Francisca Venceslau Machado

Francisca Venceslau
Presidente
CAPMA



- Estratégia de alocação de ativos: revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do CAPMA.
- Horizonte temporal do investimento: avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do CAPMA.
- Perspectiva de recuperação do mercado: analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- Objetivos de curto e longo prazos do CAPMA: considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- Elaboração de Estudos Técnicos: deverá ser solicitado à Consultoria estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da Consultoria e serão realizadas as deliberações necessárias.
- Documentação e Aprovação: todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos do CAPMA. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do CAPMA.

3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do CAPMA.

O Art. 148 da Portaria 1467/22 determina que o CAPMA deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

- I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;
- II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- III - a composição da carteira de investimentos do CAPMA, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;

Angela Nello

24

Roberta Machado
Roberta Machado
Presidente
CAPMA



IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;

V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do CAPMA;

VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o CAPMA e respectiva data de atualização do credenciamento; e

VII - as datas e locais das reuniões das hierarquias superiores e do comitê de investimentos do CAPMA e respectivas atas."

Além destes, o art. 149 define que o CAPMA deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1467/22.

4. VEDAÇÕES

1. Os recursos do regime previdenciário serão aplicados em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 (e eventuais alterações) e as disposições desta Política Anual de Investimentos, não sendo possível aos gestores:
2. Aplicação dos recursos financeiros do RPPS em títulos públicos que: não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional; que não estejam registrados no SELIC; e títulos emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios;
3. Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;
4. Aplicar recursos em cotas de classes ou subclasses de fundos de investimentos dos segmentos de renda fixa, renda variável, multimercados, investimentos no exterior, investimentos estruturados e fundos imobiliários, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
5. Realizar diretamente as operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day-trade);
6. Aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de classes de fundos de investimentos, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma;
7. Aplicar recursos na aquisição de cotas de classes ou subclasses fundo de investimento cujo regulamento ou política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios não padronizados;
8. Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 e eventuais alterações;
9. Negociar cotas de classes de fundo de investimento de índice em mercado de balcão;
10. Aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de classes ou subclasses de fundo de investimentos destinados exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendido os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
11. Remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma direta ou por meio dos fundos de investimento,

Luiz C. Melo 25

Roberto Machado
Roberto Machado
Presidente
CAPMA



cujas remunerações devem se dar, exclusivamente, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

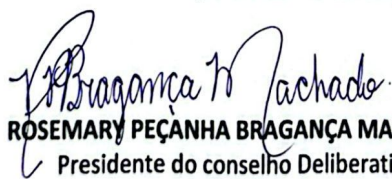
12. Aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no artigo 12 da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 (empréstimos consignados), se for o caso;
13. Aplicar recursos em Certificados de Operações Estruturadas (COE);
14. Aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimentos que invistam em cadeias produtivas agroindustriais- FIAGRO;
15. Aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimentos que invistam em criptoativos, créditos de carbono ou créditos de descarbonização- CBIO;
16. Aplicar direta ou indiretamente em cotas de classes de Fundo de Investimento em Participações - FIP que apliquem em recursos no exterior;
17. Aplicar recursos em ativos privados emitidos por securitizadoras.
18. Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;
19. Considerando que os RPPS são submetidos ao direito público, não cabem interpretações discricionárias que permitam alocações em fundos de investimentos e/ou outras modalidades que não estejam expressamente previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 e suas eventuais alterações.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

A comprovação da elaboração da presente Política de Investimentos, conforme determina o art. 101 da Portaria 1467/22, ocorre por meio do envio, pelo CADPREV, do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – para o Ministério da Previdência Social – MPS. Sua aprovação pela hierarquia superior do CAPMA ficará registrada por meio de ata de reunião cuja pauta contemple tal assunto, sendo parte integrante desta Política de Investimentos.

Atendendo ao parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1467/22, “Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital.”

Aperibé 13 Novembro, 2025, conforme Ata de aprovação anexa.


ROSEMARY PEÇANHA BRAGANÇA MACHADO
Presidente do conselho Deliberativo

CAPMA

APERIBÉ-RJ


LUIZ CLAUDIO DE MELLO
Presidente do Comitê de Investimentos

CAPMA

APERIBÉ-RJ


MÔNICA COSTA VENCESLAU
Diretora Presidente
CAPMA
APERIBPE-RJ



**Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA**

ATA Nº: 011/2025

Órgão: Conselho Deliberativo

Instituição do Conselho: Portaria Nº 043/GP/2025

Fundamentos: art. 10 da Lei Municipal nº 912/2024

Membros Constituídos: Verônica Lanes Rodrigues, Rosemary Pessanha Bragança Machado e Sandra Regina Sanches Luz

Presidente do Conselho: Rosemary Pessanha Bragança Machado

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil de vinte e cinco, às 19h30, reuniu-se em sessão ordinária, na sala de reuniões da sede da Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Aperibé – CAPMA, Aperibé/RJ, localizada na Estrada RJ 116, nº. 4400, bairro Santa Ana, Aperibé/RJ, com a presença da Presidente da CAPMA, Mônica Costa Venceslau, Fernanda da Silva Santos Lanes e Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier e os demais membros do Conselho Deliberativo, Verônica Lanes Rodrigues, Sandra Regina Sanches Luz e Rosemary Pessanha Bragança Machado, com a seguinte pauta: **1. Aprovação da Política de Investimentos de 2026; 2. Aniversariantes do mês; 3. Certificação; 4. Grupo Terapêutico de Psicologia; 5. Grupo de Fisioterapia; 6. Circuito Funcional.** Iniciou a reunião com a fala da presidente do Conselho Deliberativo Rosemary Pessanha Bragança Machado dando boas vindas e agradecendo a presença de todos. Foi realizado uma reunião do Comitê de Investimento, no dia 13/11/2025 às 08h20 na sede da CAPMA, onde recebemos a Política de Investimentos, para análise e aprovação. Após análise aprovamos por unanimidade a referida Política de Investimento para o exercício de 2026. Em seguida informamos que os aniversariantes do mês de novembro será comemorado no dia 28/11/2025 às 14h, onde todos os aniversariantes receberão o convite via WhatsApp. Na sequência falamos sobre a necessidade da nova certificação para os membros que ainda não se certificaram, disponibilizamos material para estudo e links no YouTube do Lema Edu. "O Grupo Terapêutico de Psicologia, é um espaço seguro de acolhimento e troca, onde cada participante encontra apoio, desenvolve autoconhecimento e fortalece suas emoções através da partilha e da escuta empática". O grupo é convidado a refletir: "Ainda bem que Temos o Tempo". O Grupo de Fisioterapia "Corpo e Mente", proporciona manhãs maravilhosas de saúde e bem estar, aos integrantes do Grupo. Informamos a todos que os encontros de Terapia e Fisioterapia estão sendo um sucesso e acontece toda segunda feira às 09:00 horas e as sexta-feiras às 08:00 horas subsequente. Na sequência informamos que O Circuito Funcional, foi um sucesso, cheio de energia em prol de uma qualidade de vida. No comando a professora Camila Mesias. Todas terças-feiras e quintas-feiras, às 08:00h, na Sede da CAPMA. A presidente e os demais membros do Conselho Deliberativo solicitaram a presença da Diretoria sempre que possível, pois se esclarecerá dúvidas e teremos mais informações, deixando alinhado com as decisões a serem deliberadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 21h30, sendo a ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Verônica Lanes Rodrigues
Sandra Regina Sanches Luz
R. Bragança Machado

[Assinatura]
[Assinatura]



Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA

MEMBROS	ASSINATURA
Verônica Lanes Rodrigues Certificação:	<i>Verônica Lanes Rodrigues</i>
Rosemary Pessanha Bragança Machado Certificação: TOTUM nível básico(CP RPPS CODEF I) 378047159722908	<i>Rosemary Pessanha Bragança Machado</i>
Sandra Regina Sanches Luz Certificação:	<i>Sandra Regina Sanches Luz</i>



**Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA**

ATA Nº: 012/2025

Órgão: Comitê de Investimentos

Instituição do Comitê: Portaria/GP/ 2.247/2024

Fundamentos: art. 10 parágrafo 4º da Lei Municipal nº 912/2024

Membros Constituídos: Mônica Costa Venceslau, Fernanda da Silva Santos Lanes, Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier, Cris Carla de Oliveira Carneiro, Luiz Cláudio de Mello.

Presidente do Comitê: Luiz Cláudio de Mello

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil de vinte e cinco, teve início às 8h, a 12ª Reunião do Comitê de Investimentos/ 2025. Reuniu-se em sessão ordinária, na sede da Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Aperibé – CAPMA, Aperibé/RJ, localizada na Estrada RJ 116 – Bairro Santa Ana/ Verdes Campos nº 4400 - Centro – Aperibé, com a presença da Presidente da CAPMA, Mônica Costa Venceslau e os demais membros do Comitê de Investimentos Fernanda da Silva Santos Lanes, Israel José Antônio da Cunha Leite Dallier e Cris Carla de Oliveira Carneiro, Luiz Cláudio de Mello com a seguinte Pauta: **1) Cenário econômico de outubro/2025; 2) Análise da carteira de investimentos setembro/2025; 3) Movimentações financeiras do mês de setembro/2025; 4) COMPREV; 5) POLÍTICA DE INVESTIMENTO.** O Presidente do Comitê de Investimentos Luiz Cláudio de Mello iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela presença. Em seguida, apresentou o relatório de Consultoria de Investimentos Mais Valia representada pelo senhor Ronaldo Borges da Fonseca, que em sua consideração disse: *"O mês de outubro foi mais um período positivo para as carteiras de nossos clientes. Apesar de um início desafiador, marcado pelo desempenho negativo da renda variável, a segunda quinzena apresentou uma recuperação expressiva, resultando em mais um fechamento mensal favorável. A renda fixa manteve sua trajetória de valorização, com destaque para os principais ativos da carteira. Já a renda variável, mesmo após oscilações iniciais, encerrou o mês com ganhos consistentes, contribuindo de forma significativa para o bom desempenho dos investimentos e por fim os investimentos em ativos no exterior, teve mais um mês positivo com o avanço dos principais Índices. Com esse desempenho, o IPCA acumula alta de 3,64% no ano e de 5,17% nos últimos 12 meses, mantendo-se acima do teto meta de inflação estipulada pelo Banco Central, que é de 4,5%, exigindo atenção quanto à persistência de pressões inflacionárias em segmentos específicos da economia. A Balança Comercial apresentou um superávit de aproximadamente US\$ 3,0 bilhões em setembro. Embora positivo, o saldo foi menor do que o registrado no mês anterior (agosto), devido, em parte, a uma alta nas importações. No mês, as exportações atingiram o maior valor já registrado para um mês de setembro na série histórica, impulsionadas pelo crescimento em volume da indústria extrativa e pelo aumento de preço e volume de produtos da indústria de transformação, como carne bovina e veículos. Em agosto de 2025, a atividade econômica brasileira apresentou sinais de desaceleração, apesar de uma leve alta de 0,4% no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Esse crescimento modesto interrompeu uma sequência de três meses de retração, mas ficou abaixo das expectativas do mercado, que projetavam uma expansão de 0,6% a 0,7%. Dentre os componentes do indicador, a queda da agropecuária na margem (- 1,9%) foi mais do que compensada pela indústria (+0,8%), serviços (+0,2%) e impostos (+0,7%). O resultado reflete um cenário de moderação, influenciado por juros elevados, com a taxa Selic mantida em 15% ao ano, e pela perda de dinamismo em setores-chave da economia. Apesar da alta pontual em agosto, o ritmo de crescimento segue moderado. O carregamento estatístico para o terceiro trimestre foi estimado em -0,8%, reforçando a tendência de desaceleração. Ainda assim, o Fundo Monetário Internacional elevou a projeção de crescimento do PIB brasileiro para 2,4% em 2025, abaixo do desempenho de 2024 (3,4%). Em setembro de 2025, o mercado de trabalho brasileiro manteve-se aquecido, com a criação de 213.002 vagas formais, mas já apresenta sinais de moderação no ritmo de crescimento. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o saldo positivo de setembro superou as expectativas do mercado, que projetavam cerca de 170 mil novas vagas. No entanto, o número ficou abaixo do registrado*



**Caixa de Assistência, Previdência e Pensão dos Servidores Públicos do
Município de Aperibé – CAPMA**

no mesmo mês de 2024, quando foram criadas 252.260 vagas, indicando uma desaceleração na margem. A taxa de desemprego, medida pela PNAD Contínua do IBGE, ficou estável em 5,6% no trimestre encerrado em setembro, o menor nível da série histórica iniciada em 2012. Ainda assim, essa estabilidade pelo terceiro mês consecutivo é interpretada por analistas como um possível sinal de esgotamento do ciclo de melhora no mercado de trabalho. Em setembro de 2025, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 17,5 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2023, refletindo o aumento das despesas e a desaceleração da arrecadação. O Governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) registrou um déficit de R\$ 14,9 bilhões, os Estados e municípios um déficit de R\$ 3,5 bilhões, por outro lado, as Empresas estatais registraram um superávit de R\$ 996 milhões. No acumulado de 12 meses até setembro, o déficit primário somou R\$ 33,2 bilhões, equivalente a 0,27% do PIB, piorando em relação aos 0,19% registrados até agosto. Além do déficit primário, o setor público gastou R\$ 84,7 bilhões com juros da dívida em setembro, quase o dobro dos R\$ 46,4 bilhões pagos no mesmo mês de 2024. Isso elevou o déficit nominal, que inclui os juros, para R\$ 101,2 bilhões no mês e R\$ 1,017 trilhão no acumulado de 12 meses, ou 8,16% do PIB. A dívida bruta do governo geral também subiu, atingindo 78,1% do PIB, o maior nível desde novembro de 2021. Esse avanço foi impulsionado pela incorporação de juros, emissões liquidas de títulos e valorização cambial. Finalizando as questões locais, o último boletim Focus com posição do dia 31 de outubro, trouxe a previsão do IPCA para 4,55% para o final de 2025, ainda acima do limite superior da meta estabelecida pelo Banco Central, e com valor abaixo da sondagem do mês anterior. O PIB trouxe a mesma previsão de 2,16 do mês anterior. Com relação a Selic o mercado segue a mesma em relação ao último mês, em 15% ao final de 2025. E por fim o câmbio as previsões do mercado apresentaram projeção inferior número divulgado no mês anterior de R\$5,41/USD 1." Carta recebida em 10/11/2025 e questionada pelos membros do Comitê de Investimento, bem como a Carteira de Investimentos que se encontra hoje com os seguintes números: BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA R\$ 606.427,65; CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA CURTO PRAZO R\$ 852.276,47; CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA R\$ 3.709.809,37; CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP R\$ 519.685,51; CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP R\$ 526.684,67; CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP R\$ 1.998.882,50; CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA R\$ 3.217.496,89; CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP R\$ 2.002.682,59; SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI FI RENDA FIXA R\$ 5.855.174,45; BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA R\$ 157.307,11; BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA R\$ 3.807.639,88; CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP R\$ 5.048.485,65; PREMIUM FIDC SÊNIOR 1 R\$ 128,41; BRADESCO SELECTION FIC AÇÕES R\$ 1.269.575,33; investimentos R\$ 29.572.256,48; disponibilidades Financeiras R\$ 513.731,10; total com disponibilidades R\$ 30.085.987,58. A CAPMA recebeu recursos no valor de R\$ 15.887,54 (quinze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) de compensação previdenciária (COMPREV). Na sequência, os membros do Comitê de Investimentos analisaram o relatório de investimentos referente ao mês setembro/2025, atestando que as movimentações financeiras, as modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS, sua aderência nas alocações e processos decisórios estão de acordo com a Política de Investimento. Vale ressaltar que no mês de setembro o repasse parte servidor, patronal, parcelamento e parcelamento encontram-se em dia com suas obrigações. Na sequência a Presidente da CAPMA comunicou ao Presidente do Comitê de Investimentos que o mesmo precisa se certificar até o dia 31/12/2025. Foi analisado e aprovada a Política de Investimento 2026, após apresentação e discussão do documento, o Comitê de Investimento encaminhou para aprovação do Conselho Deliberativo e a posteriores para ciência do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 10h30min, sendo a ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Nome e Selo

Assinatura

Assinatura